

## A RESILIÊNCIA EM DISCUSSÃO

Débora Patrícia Nemer Pinheiro\*

“Quem tem por que viver pode suportar  
quase qualquer como.”  
(Nietzche)

**RESUMO.** Este artigo tem por objetivo revisar e discutir criticamente o conceito de resiliência, definida como a capacidade que tem um ser humano de se recuperar psicologicamente, quando é submetido às adversidades, violências e catástrofes na vida. Na sociedade moderna as mudanças estão cada vez mais rápidas e profundas, exigindo constantes esforços de adaptação e, portanto, tornando a resiliência um desafio ao novo milênio. A análise permitiu concluir que a resiliência não deve pertencer a um grupo conceitual ideológico, ao contrário, advém do sentido que é atribuído à existência humana, ou seja, da capacidade de fazer laços afetivos e profissionais e ainda da presença de um projeto de vida.

**Palavras-chave:** resiliência, fatores de risco, fatores de proteção.

## RESILIENCE IN DISCUSSION

**ABSTRACT.** The objective of the present work is to revise and critically discuss the resilience concept defined as the capacity of psychological recovery of the human being before adversity, violence and catastrophes in life. In modern society, that changes faster and deeper, demanding constant adaptation efforts and, therefore turning the resilience into a challenge to the new millennium. The analyzed phenomenon lead to the conclusion that the resilience should not be part of a ideological conceptual group, on the contrary it rises from the sense that is attributed to the human existence, that is to say, for the capacity to make affective and professional liaisons and still for the existence of a life project.

**Key words:** resilience, risk factors, protection factors.

## INTRODUÇÃO

Das artes às ciências, passando pela filosofia, política e religião, várias personalidades da história mundial, durante algum período de sua infância e/ou vida adulta, tiveram o enfrentamento de adversidades. Ludwig Bethoven, musicista, compôs parte de suas obras-primas padecendo de surdez total; Stephen Hawking, físico, formulou sua teoria da cosmologia quântica após ser acometido por esclerose amiotrófica; Maomé, líder religioso, responsável pela fundação do Islamismo, teve origem humilde e ficou órfão aos seis anos de idade. Recentemente, o romancista húngaro Imre Kertész, que foi sobrevivente do campo de concentração de Auschwitz, ganhou o Prêmio Nobel de Literatura; e, no ano de 2002, o Brasil elegeu para presidente da República um ex-operário metalúrgico,

homem de origem humilde, cuja infância foi marcada por profundas dificuldades econômicas e pela ausência paterna, pois somente aos sete anos de idade veio a conhecer seu pai, definido pelo próprio presidente como um homem muito ignorante.

Poder-se-ia contra-argumentar exemplificando com outros vultos históricos cujas biografias não relatam fatores de risco significativos durante o desenvolvimento infantil. Como exemplos se poderiam então citar: Sidharta Gautama, o Buda, que nasceu príncipe e foi criado em palácio real; os filósofos René Descartes e Aristóteles, ambos originários de famílias de posses, e ainda Charles Darwin, pai da teoria evolucionista, que, apesar de sua mãe ter falecido quando ele tinha apenas oito anos de idade, pertenceu a uma família de intelectuais e industriais bem-sucedidos.

\* Psicóloga Clínica. Mestre em Psicologia da Infância e Adolescência pela UFPR. Psicóloga do Hospital de Clínicas de Curitiba e Docente do Curso de Psicologia da Universidade Tuiuti do Paraná.

Acrescentaríamos, ainda, o argumento de que todo e qualquer infante passaria por algum tipo de dificuldade, tanto do estatuto emocional, social e físico como do econômico. Isso, para reforçar a tese do senso comum de que não há uma existência humana plenamente feliz e completamente protegida das incertezas da vida.

Não obstante, a observação do comportamento humano nos remete a algumas interrogações: como algumas pessoas conseguem enfrentar situações adversas ao desenvolvimento humano? Por que alguns são mais vulneráveis que outros diante de situações de risco? Por que outros indivíduos apresentam invulnerabilidade e competência para manejar situações estressantes? Como alguns seres humanos podem se recuperar de grandes perdas materiais e/ou emocionais? Quais seriam as variáveis que possibilitam a alguns superar seus infortúnios de forma a estes não interferirem no desenvolvimento emocional posterior?

A psicologia tem apresentado como via teórica para compreender e discutir essas interrogações o conceito de resiliência, comumente definida como a capacidade de o indivíduo, ou a família, enfrentar as adversidades, ser transformado por elas, mas conseguir superá-las.

Pereira (2001) prevê que na sociedade emergente as mudanças fazem parte do dia-a-dia; são cada vez mais rápidas e profundas e exigem constantes esforços de adaptação. Essa autora identifica a resiliência como um desafio para o novo milênio. “Uma das grandes apostas para o próximo milênio será tornar as pessoas mais resilientes e prepará-las para uma certa invulnerabilidade que lhes permita resistir a situações adversas que a vida proporciona, pelo que se torna imperioso identificar os fatores de risco e particularmente os fatores de proteção pessoais e interpessoais” (Pereira, 2001, p.87-88).

Ralha-Simões (2001) discute um ponto curioso acerca da própria delimitação do tema. Interroga se é possível falar de resiliência sempre que houver sobrevivência física e psicológica da pessoa diante dos fatores de risco, ou se seria resiliente o indivíduo que não só supera as adversidades, mas se sente feliz e em paz com a sua existência.

Com tal reflexão, pode-se colocar em pauta a discussão: o que é a resiliência?

### A ORIGEM DO CONCEITO

O conceito de resiliência está envolto em ideologias relacionadas à noção de sucesso e de adaptação às normas sociais. No entanto, esta noção

funda dois grupos: os resilientes e os não-resilientes - tese esta refutada e criticada por Yunes em palestra proferida no I Congresso de Psicologia do Conselho Federal, em São Paulo, em 2002, quando afirmou que a resiliência é um fenômeno que procura explicar os processos de superação de adversidades, mas não se confunde com invulnerabilidade, porque não se trata de resistência absoluta às adversidades. “A questão não é ser ou não ser, mais ou menos resiliente”.

Consideremos a palavra resiliência a partir da origem etimológica. Do latim *resiliens*, significa saltar para trás, voltar, ser impelido, recuar, encolher-se, romper. Pela origem inglesa, *resilient* remete à idéia de elasticidade e capacidade rápida de recuperação. Yunes (2001) refere que no dicionário da língua inglesa se encontram dois raciocínios para o termo: o primeiro se refere à habilidade de voltar rapidamente para o seu usual estado de saúde ou de espírito depois de passar por doenças, dificuldades etc.; a segunda definição é a habilidade de uma substância retornar à sua forma original quando a pressão é removida: flexibilidade. Esta última remete-nos ao conceito original de resiliência atribuída à física, que busca estudar até que ponto um material sofre impacto e não se deforma. Nestas definições encontramos que o termo se aplica tanto a materiais quanto a pessoas.

Quanto ao significado em língua portuguesa, Yunes (2001) comenta que, no dicionário Novo Aurélio, a referência é feita apenas à resiliência de materiais. No entanto, verificamos que em outro dicionário de língua portuguesa, Houaiss, 2001, o verbete contempla tanto o sentido físico (propriedade que alguns corpos apresentam de retornar à forma original após terem sido submetidos a uma deformação elástica) quanto o sentido figurado, remetendo a elementos humanos (capacidade de se recobrar facilmente ou se adaptar à má sorte ou às mudanças).

Na física, a resiliência dos materiais é medida por meio de fórmulas matemáticas, mas como operar quando a matéria é humana? Yunes (2001) aponta que o estudo do fenômeno resiliência é recente na psicologia. Vem sendo pesquisado há cerca de trinta anos, mas apenas nos últimos cinco anos os congressos internacionais têm discutido esse construto. Afirma que a definição não é clara, tampouco precisa, como na física, mas considera que os fatores e as variáveis que devem ser levados em conta no estudo dos fenômenos humanos são complexos e múltiplos: “Para apenas usar uma metáfora, poder-se-ia dizer que a relação tensão/pressão com deformação não-permanente do

material corresponderia à relação situação de risco/estresse/experiências adversas com respostas finais de adaptação/ajustamento no indivíduo, o que ainda nos parece bastante problemático, haja vista as dificuldades em esclarecer o que é considerado risco e adversidade, bem como adaptação e ajustamento” (Yunes & Szymanski, 2001, p.16).

Flach (1991) atribui-se o uso do termo em 1966, visando descrever as forças psicológicas e biológicas exigidas para atravessar com sucesso as mudanças na vida. Para ele, o indivíduo resiliente é aquele que tem habilidade para reconhecer a dor, perceber seu sentido e tolerá-la até resolver os conflitos de forma construtiva.

Moraes e Rabinovich (1996) relatam que Urie Broffenbrenner, numa conferência realizada em Recife, em julho de 1993, referiu-se ao conceito de resiliência como referência a sobreviventes de campos de concentração nazistas que reconstruíam as suas vidas enquanto outros não conseguiam ultrapassar o trauma pelo qual haviam passado. A partir de um seguimento intergeracional, constatou-se uma qualidade que passava de uma geração a outra. Esta qualidade estava associada à esperança quanto ao futuro que essas pessoas possuíam enquanto submetidas ao sofrimento.

Tavares (2001) discute a origem do termo sob três pontos de vista: o físico, o médico e o psicológico. No primeiro, a resiliência é a qualidade de resistência de um material ao choque, à tensão, à pressão, a qual lhe permite voltar, sempre que é forçado ou violentado, à sua forma ou posição inicial - por exemplo, uma barra de ferro, uma mola, elástico etc. No segundo, a resiliência seria a capacidade de um sujeito resistir a uma doença, a uma infecção, a uma intervenção, por si próprio ou com a ajuda de medicamentos. E, no terceiro, a resiliência também é uma capacidade de as pessoas, individualmente ou em grupo, resistirem a situações adversas sem perder o seu equilíbrio inicial, isto é, a capacidade de se acomodar e reequilibrar constantemente.

Esse autor também contribui com outro enfoque. Ele afirma que o desenvolvimento de capacidades de resiliência nos sujeitos passa pela mobilização e ativação das suas capacidades de ser, estar, ter, poder e querer, ou seja, pela sua capacidade de autorregulação e auto-estima. “Ajudar as pessoas a descobrir as suas capacidades, aceitá-las e confirmá-las positiva e incondicionalmente é, em boa medida, a maneira de as tornar mais confiantes e resilientes para enfrentar a vida do dia-a-dia por mais adversa e difícil que se apresente” (Tavares, 2001, p.52).

Tavares (2001) desenvolveu a tese de que a resiliência não deve ser apenas um atributo individual, mas pode estar presente nas instituições/organizações, gerando uma sociedade mais resiliente. Para ele, uma organização resiliente é uma organização inteligente, reflexiva, onde todas as pessoas são inteligentes, livres, responsáveis, competentes, e funcionam numa relação de confiança, empatia, solidariedade. “Trata-se de organizações vivas, dialéticas e dinâmicas cujo funcionamento tende a imitar o do próprio cérebro que é altamente democrático e resiliente” (Tavares, 2001, p.60)

Raciocínio semelhante desenvolveu Flach (1991) ao discutir a idéia de ambientes facilitadores de resiliência, os quais apresentam como características: estruturas coerentes e flexíveis; respeito; reconhecimento; garantia de privacidade; tolerância às mudanças; limites de comportamento definidos e realistas; comunicação aberta; tolerância aos conflitos; busca de reconciliação; sentido de comunidade; empatia.

Essa perspectiva de ampliar a discussão da resiliência nos âmbitos das organizações e grupos é interessante ser considerada, na medida em que pensamos nos egressos de instituições para abandonados. Diversos pesquisadores brasileiros (Guirado, 1986; Weber & Kossobudzki, 1996; Gomide, 2000; Altoé, 1990; Silva, 1997) realizaram estudos e pesquisas sobre a institucionalização de crianças e observaram que a principal característica desses estabelecimentos é o atendimento ser pautado na disciplina, cumprimento de normas e ausência de escuta dos internos nas suas reivindicações ou mesmo no tratamento massificado, em detrimento do respeito às individualidades. Assim, as crianças são tratadas como objeto e não como alguém portador de sentimentos e sofrimentos. No entanto, apesar desse caráter autoritário e rígido das instituições, que se torna um fator de risco ao desenvolvimento posterior do sujeito, algumas pesquisas (Altoé, 1990; Álvares, Moraes & Rabinovich, 1998) com egressos revelaram que vários indivíduos conseguiram ultrapassar as adversidades, tornando-se cidadãos adaptados às normas sociais, ou seja, foram capazes de estabelecer vinculações afetivas importantes, executaram atividade laborativa e educacional, e não se envolveram com atividades delinqüenciais. Esses estudos reforçam a importância da discussão da resiliência tanto por sua ótica individual quanto pela das instituições (organizações, grupos, família, sociedade,...).

Pereira (2001) enfoca o aspecto individual da resiliência, afirmando que os sistemas de formação

educacional deverão valorizar o desenvolvimento do sujeito, no sentido de preparar os seus participantes para um maior controle do estresse, lidando adequadamente com as estratégias de *coping* (conjunto das estratégias utilizadas pelas pessoas para adaptarem-se a circunstâncias adversas ou estressantes) e de promoverem o indivíduo resiliente, ao longo de todo o desenvolvimento co-extensivo à duração de vida.

Ralha-Simões (2001) discute o conceito de resiliência destacando que não se trata de uma espécie de escudo protetor que alguns indivíduos teriam, mas a possibilidade de flexibilidade interna que lhes tornaria possível interagir com êxito, modificando-se de uma forma adaptativa em face dos confrontos adversos com o meio exterior. Assim, resiliência não seria uma forma de defesa rígida, ou mesmo de contrapressão à situação, mas uma forma de manejo das circunstâncias adversas, externas e internas, sempre presentes ao longo de todo o desenvolvimento humano. “O indivíduo resiliente parece de facto salientar-se por uma estrutura de personalidade precoce e adequadamente diferenciada, a par com uma acrescida abertura a novas experiências, novos valores e a factores de transformação dessa mesma estrutura, que apesar de ser bem estabelecida, é flexível e não apresenta resistência à mudança”. (Ralha-Simões, 2001, p.108)

Trombeta e Guzzo (2002) afirmam que o termo resiliência vem sendo utilizado sempre com a idéia de designar a capacidade de resistir, a força necessária para a saúde mental durante a vida. As autoras discutem que este conceito pode ser encontrado na Teoria do Apego de Bowlby (1969), ao atribuir o surgimento da resiliência às primeiras experiências da criança com a mãe, o pai e outros, sendo que as experiências positivas contribuem para a formação de personalidades saudáveis e resilientes. Elas acrescentam não haver instrumentos de avaliação de resiliência eficazes para compreender este construto.

Em síntese, os autores dividem-se na explicação sobre a origem da resiliência. Alguns acreditam que a flexibilidade e versatilidade são características da pessoa resiliente, outros apontam a resiliência como traço de personalidade ou temperamento (Flach, 1991; Garmezy, 1985; Wolin, 1993). Também se interrogam sobre a resiliência ser um atributo individual ou fruto da interação com o ambiente (Flach, 1991; Rutter, 1993; Tavares, 2001; Pereira, 2001; Yunes, 2001; Ralha-Simões, 2001; Trombeta e Guzzo, 2002). Desta forma, o conceito de resiliência apresenta algumas imprecisões e controvérsias. Rutter (1993), considerado um dos primeiros teóricos do tema,

rediscute o termo invulnerabilidade, afirmando que pesquisas recentes demonstram que a resiliência não é apenas um caráter individual, como entendido na invulnerabilidade, mas inclui, além das bases constitucionais, também as ambientais, bem como o fato de o grau de resistência variar de acordo com as circunstâncias.

Yunes (2001) identificou três discursos sobre a questão da resiliência. O primeiro modelo refere-se ao estudo no indivíduo mediante pesquisas científicas quantitativas. O segundo modelo tem por base o estudo de processos e as percepções a partir do estudo qualitativo de experiências de vida, na visão sistêmica, ecológica e de desenvolvimento. Já o terceiro modelo, denominado pela autora “discurso crítico”, propõe um movimento questionador para repensar e reconstruir a ótica do conceito de resiliência. “A maioria das considerações, e em especial as mais atuais (Luthar, Cichetti e Becker, 2000; Rutter, 1993,1999), procuram dar ao conceito um toque de relatividade, que nem sempre aparece nos estudos quantitativos que usam medidas e critérios estatísticos baseados em comportamentos observáveis para identificar crianças “resilientes” num determinado ponto de suas vidas” (Yunes, 2001, p.12).

Não obstante estes impasses teóricos, é possível estabelecer, a partir de inúmeras pesquisas internacionais e brasileiras, variáveis e fatores que influenciam no enfrentamento e na superação das adversidades.

#### **FATORES DETERMINANTES DA RESILIÊNCIA (O BINÔMIO RISCO-PROTEÇÃO)**

Diversas pesquisas psicológicas (Masten & Garmezy, 1985; Rutter, 1993; Flach, 1991; Luthar, & cols, 2000; Alvarez, Moraes & Rabinovich, 1998; Franco, 2000; Antoni & Koller, 2000; Yunes & Szymanski, 2001; Trombeta & Guzzo, 2002;) com população em risco contribuíram e continuam contribuindo para a compreensão deste conceito. Pessoas com trajetórias semelhantes diferenciam-se pelo fato de algumas conseguirem superar as crises e outras não. Neste sentido, as características pessoais precisam ser consideradas, como o sexo, o temperamento, os traços de personalidade, a genética, bem como os relacionamentos com familiares e amigos, aspectos sociais e econômicos, interação com o ambiente, e ainda o estilo das práticas parentais.

Antoni e Koller (2000) salientam a importância do desenvolvimento de estudos com crianças, adolescentes e famílias em situação de risco, buscando

identificar os aspectos saudáveis nesses grupos. No Brasil, tais estudos revestem-se de grande importância, uma vez que, de acordo com os dados da Fundação Getúlio Vargas, mais de 30% da população vive abaixo da linha da pobreza, e, conseqüentemente, milhares de crianças e adolescentes se desenvolvem em ambientes de miséria material, emocional e cognitiva.

Rutter (1993) alerta que o importante para compreender a resiliência é tentar conhecer como as características protetoras se desenvolveram e de que modo modificaram o percurso pessoal do indivíduo.

Estudo realizado por Alvarez e cols. (1998) com sete pessoas, três do sexo feminino e quatro do masculino, de idade entre 16 e 45 anos, que viveram e/ou vivem em orfanatos, teve como objetivo analisar as condições de vida que teriam possibilitado a jovens institucionalizados um desenvolvimento normal e, portanto, serem considerados resilientes. Esse estudo exploratório aventou a hipótese de que a resiliência seria um resultado entre fatores internos e externos cujo produto é a criação de sentido da própria vida através de um rumo que norteia projetos. Também demonstrou a importância de alguma forma de apego seguro, podendo ser com irmãos, parentes, outras pessoas ou mesmo a instituição.

Antoni e Koller (2000) realizaram grupo focal com seis adolescentes de doze a dezessete anos, abrigados em instituição pública, porque sofreram maus-tratos no contexto familiar (abuso físico, abuso emocional, abuso sexual e abandono). Estabeleceram como conceitos a serem discutidos a vulnerabilidade e resiliência familiar. Este estudo pode identificar como fatores de resiliência o apoio emocional, as práticas disciplinares, as atividades em conjunto e a presença de rede de apoio. O primeiro fator é manifestado pelo sentimento de sentir-se amado e aceito pela família (compreensão, tolerância, respeito e diálogo dos pais com os filhos). O segundo denota o cuidado, a atenção e a orientação dos pais para com os acontecimentos da vida de seus filhos. O terceiro aponta para a importância da aproximação entre as pessoas e a qualidade de suas relações. As autoras destacam todas aquelas atividades que possibilitam o diálogo, a união e a aproximação entre os membros, por exemplo, assistir a televisão juntos, viajar, visitar parentes... O quarto fator refere-se às relações sociais próximas e significativas (parentes, amigos...)

Entre os indicadores de risco que se constituem em dificuldades e problemas para a família, as autoras relacionaram o descontrole emocional, a culpa, a falta de responsabilidade e de diálogo, drogas, ausência dos pais, violência doméstica e na comunidade, transição

da infância para a adolescência e a ausência das redes de apoio.

Franco (2000) realizou estudo com 50 mães de crianças que apresentavam deficiências, tentando identificar a forma como a família responde à situação e como se reorganiza do ponto de vista emocional e relacional. Também destacou a criança como sendo ela mesma um fator fundamental para lidar com a situação. Assim, o autor trabalhou tanto com as variáveis do ambiente (família) como do indivíduo (a criança). Os resultados obtidos apontaram como fatores de resiliência a importância de uma elaboração interna por parte dos pais, os seus sentimentos, emoções, ansiedade, depressão que precisam ser compreendidas e cuidadas. "A reestruturação ao nível do casal e da dinâmica familiar é importante e surge como fator primordial de resiliência". Assim, a coesão familiar aparece como o aspecto mais importante da resiliência, e a própria criança, em sua capacidade de encarar os aspectos negativos da situação, é fator de resiliência. Por fim, o autor destacou a preocupação com o futuro como um movimento resiliente fundamental no sentido da reidealização ou reorganização da perspectiva do destino dessas crianças.

A tese de doutoramento desenvolvida por Trombeta e Guzzo (2002), numa escola para adolescentes de baixa renda, buscou discutir a resiliência, pela identificação da presença de alguns eventos de vida que estão associados a problemas de desenvolvimento emocional e social, bem como conhecer a avaliação que os educadores fazem sobre os ajustamentos e desajustamentos em seus educandos. Fizeram parte dessa população 285 adolescentes que foram entrevistados, bem como seus educadores. A pesquisa identificou os seguintes fatores de risco: baixo nível de escolaridade dos pais, desemprego, renda familiar baixa, falta de infraestrutura básica para a moradia e um alto índice de aglomeração nas moradias. As autoras ainda concluíram que se faz necessário aprofundar o estudo dos fatores de proteção que reduzem o impacto negativo das adversidades.

Yunes e Szymanski (2001) destacam que os fatores de risco sempre devem ser pensados como processo e não como variável em si, e relacionam os fatores de risco com toda a sorte de eventos negativos de vida, os quais, quando presentes, aumentam a probabilidade de o indivíduo apresentar problemas físicos, sociais ou emocionais. Alguns exemplos seriam: divórcio dos pais, perda de entes queridos, abuso sexual/físico contra a criança, pobreza, holocausto, desastres e catástrofes naturais, guerras e outras formas de trauma.

Percebemos um ponto pacífico entre os pesquisadores: a resiliência é um processo psicológico que vai se desenvolvendo ao longo da vida, a partir do binômio fatores de risco X fatores de proteção. Tratar-se-ia de um equilíbrio entre risco e proteção? Para Trombetta e Guzzo (2002), trata-se de uma balança equilibrada: de um lado, os eventos estressantes, as ameaças, os perigos, o sofrimento e as condições adversas que levam à vulnerabilidade, e, do outro, as forças, as competências, o sucesso e a capacidade de reação e enfrentamento, que fazem parte do indivíduo que pode ser chamado de invulnerável ou resiliente.

Yunes (2001) sugere uma análise criteriosa dos processos ou mecanismos de risco como imprescindível para que se possa ter a dimensão da diversidade de respostas que podem ser observadas, sobretudo quando se trata de riscos psicossociais ou riscos socioculturais, pois focar isoladamente um evento de vida e atribuir-lhe a condição de adversidade, tanto no caso de um indivíduo como de um grupo, não parece a melhor maneira de se abordar a questão.

Quanto aos fatores de proteção, os autores acordam nas condições do próprio indivíduo (expectativa de sucesso no futuro, senso de humor, otimismo, autonomia, tolerância ao sofrimento, assertividade, estabilidade emocional, engajamento nas atividades, comportamento direcionado para metas, habilidade para resolver problemas, avaliação das experiências como desafios e não como ameaças, boa auto-estima); nas condições familiares (qualidade das interações, estabilidade, pais amorosos e competentes, boa comunicação com os filhos, coesão, estabilidade, consistência) e nas redes de apoio do ambiente (um ambiente tolerante aos conflitos, demonstrar reconhecimento e aceitação, oferecer limites definidos e realistas).

Antoni e Koller (2000) declaram que os adolescentes denominados resilientes vêm de casas onde as regras são consistentes, os pais são competentes e afetuosos e disponíveis ao diálogo com os filhos. O resiliente possui autoconfiança, acreditando que terá oportunidades na vida, portanto apresenta boas expectativas com o futuro.

Masten e Garmezy (1985) identificaram três classes de fatores de proteção: atributos disposicionais da criança: atividade, autonomia, orientação social positiva, auto-estima e similares; a coesão familiar, ausência de conflitos, de negligência, com a presença de pelo menos um adulto com grande interesse pela criança, e uma rede de apoio social bem-definida e com recursos individuais e institucionais igualmente bem-definidos.

É certo que, além dos fatores anteriormente relacionados, pode-se concluir que os estilos parentais que coloquem rotina e consistência na vida da criança podem ser considerados como fator de proteção, logo facilitador de resiliência.

No entanto, Yunes (2001) apresenta em sua tese de doutoramento um contraponto ponderado e crítico aos fatores de risco e proteção. A pesquisadora entrevistou famílias de baixa renda visando identificar os fatores determinantes da resiliência familiar e concluiu que a pobreza não pode ser considerada como fator de risco, afirmando que não é possível fazer inferências do tipo causa-efeito com um raciocínio linear, quando se trata de riscos psicológicos. É preciso identificar que processos ou mecanismos influenciaram o que liga risco a consequência, em um determinado ponto da história do indivíduo.

Yunes (2001) questiona alguns estudos realizados sobre o tema que tendem apenas à mensuração, e interroga se a resiliência poderia ser mensurada, tal qual a inteligência, auto-estima, auto-eficácia etc. Percebemos na autora uma preocupação conceitual e prática na discussão sobre o tema: “Segundo a grande maioria dos autores que vêm pesquisando o assunto, resiliência refere-se aos aspectos “positivos” do indivíduo que possibilitam que ele supere situações de crise e adversidade. E quem é que define a positividade?” (Yunes, 2001, p. 3)

## APROFUNDANDO AS REFLEXÕES

Finalizamos esta discussão questionando algumas afirmações dos pesquisadores. Alvarez e cols. (1998) partiram de uma definição operacional de sujeito resiliente como o que tem um “desenvolvimento normal sob condições difíceis” (Rutter, 1999) considerando resilientes, para os objetivos de seu estudo, os sujeitos institucionalizados que mantiveram vinculação afetiva importante, exerceram função laborativa, estudaram e não apresentaram atividades delinqüenciais.

Se o indivíduo não apresenta sucesso em um desses âmbitos da vida, ele deixaria de ser resiliente? Ou ainda, não seria resiliente todo aquele que se tornou um sobrevivente na vida, mesmo cometendo atos contrários às normas sociais. Manter-se vivo não seria uma forma de resiliência?

Yunes e Szymanski (2001) criticam o caráter ideológico muitas vezes encontrado nos estudos da resiliência. “A lista de qualidades pessoais, da família e da rede social nos faz pensar naqueles que não apresentam as características mencionadas, não têm

família no modelo descrito e não têm acesso a uma rede social. Não serão nunca identificados como resilientes ou competentes socialmente”? (Yunes & Szymanski, 2001, p.41)

Outro questionamento seria: a resiliência é um atributo fixo ou variável?

Para muitos autores (Masten & Garmezy, 1985; Luthar & cols, 2000; Yunes, 2001, Rutter, 1993, Trombeta & Guzzo, 2002), a resiliência não é um atributo fixo, havendo mudanças ao longo do tempo. Assim, pode aparecer em diferentes grupos étnicos, de diferentes níveis socioeconômicos e diferentes contextos culturais. A resiliência não é uma qualidade que nasce com o indivíduo e, ainda, é muito mais do que uma simples combinação de condições felizes. Devem ser levados em conta as qualidades do próprio indivíduo, o ambiente familiar favorável e também as interações positivas entre esses dois elementos. Para Trombeta e Guzzo (2002), é necessário buscar o entendimento das respostas sadias e adaptativas dos indivíduos em situações estressantes ou adversas, ao invés de identificar fatores de risco e etiologia dos problemas; portanto, entender a dinâmica e não somente os fatores etiológicos.

Assim, pesquisas recentes (Brofenbrenner, 1996; Yunes, 2001; Yunes & Szymanski, 2001; Trombeta & Guzzo, 2002) apontam novas diretrizes para o estudo da resiliência, instigando um amplo campo de discussão, a saber, a importância da interpretação dada pelo indivíduo acerca das adversidades, como mais significativa que os fatores de risco propriamente ditos. Desta forma, a reflexão e a interpretação dos fatos tornam-se características fundamentais nas pessoas resilientes: Por um lado, a questão do individual e do singular acentua-se, pois as pessoas podem responder de maneiras diferentes diante de adversidades semelhantes (uma mesma situação de vida pode ser interpretada por alguns como perigo e para outros como desafio); porém, ao mesmo tempo faz-se necessário considerar que a resiliência não depende apenas de traços e disposições pessoais e individuais. É necessário discutir a resiliência nas famílias, nas instituições, nos grupos...

Yunes (2001) propõe em sua tese de doutoramento uma reavaliação dos modelos metodológicos nos estudos sobre resiliência.

Testes psicométricos, questionários, notas, testes de personalidade ou perfil de temperamento associados a complexas análises estatísticas já haviam contribuído com um número considerável de definições de indivíduos resilientes ou não-resilientes (...) Ficava evidente o caráter classificatório

destas pesquisas- do qual discordo integralmente – (...) Concluí neste trabalho e na condição de pesquisadora da resiliência, a relevância do processo de interpretação e a busca de sentido deveriam ser contínuas. As estratégias metodológicas deveriam facilitar o entendimento da complexidade do fenômeno através de um olhar descontaminado (...) o olhar do pesquisador vai desfocar o indivíduo e focar o grupo familiar, as relações, e consequentemente deixar de priorizar as características para estudar os processos (Yunes, 2002, p. 49-50).

Pode-se fazer uma analogia com o modelo ecológico de Brofenbrenner (1996), sobre o desenvolvimento humano. O referido autor privilegia as interações entre o indivíduo e o meio, assim tudo depende de como o indivíduo percebe a realidade objetiva. Com base neste raciocínio, um sujeito resiliente depende das relações que tenha estabelecido na sua interação com o ambiente e das diferenças individuais na percepção da situação causadora de estresse.

Essa idéia é reafirmada por Yunes (2001), ao relatar que, numa visão subjetiva do fenômeno, pode-se dizer que, dependendo da percepção que o indivíduo tem da situação, da sua interpretação do evento gerador do estresse e do sentido a ele atribuído, teremos ou não a condição de estresse.

Outra característica verificada nesta revisão conceitual é o fato de o fenômeno resiliente apenas poder ser estudado *a posteriori*, ou seja, sua verificação ser retrospectiva. O sujeito primeiro reage à situação adversa e depois se identifica a particular forma de resposta diante dela.

Para exemplificar, utilizaremos alguns relatos públicos ilustrativos de egressos institucionais da Febem (Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor), a fim de verificar o desenvolvimento posterior destes jovens. Destacam-se três histórias, semelhantes por terem como berço comum - a institucionalização como substituto familiar - mas diferentes por protagonizarem destinos diversos. Paulo Collen, Herzer e Roberto da Silva são os protagonistas destas histórias, que se tornaram conhecidas nacionalmente. Os dois primeiros foram autores de livros autobiográficos com títulos sugestivos, respectivamente, “Mais que a realidade” e “Queda para o alto”, em que descrevem o drama de suas existências e o caminho que puderam trilhar.

Collen (1987) publicou sua história quando tinha 17 anos, como fruto do período em que freqüentou a Escola Oficina, fundada em 1985 e destinada a meninos de rua, onde se oferecia, além da alimentação, alfabetização, marcenaria, culinária e

outros cursos. “No início até me beliscava, não acreditava que estava tudo mudando mesmo. Comecei a me dar valor, a me descobrir... De todas as instituições por onde passei, a Escola Oficina foi a única que me ajudou a me descobrir... sou muito grato, não tanto à Escola, mais ao grupo de professores que trabalham lá” (Collen, 1987, p.181).

Na seqüência do livro, o autor vai anunciando nas entrelinhas suas reflexões sobre si e o mundo; por exemplo, definia-se como um sujeito curioso, solidário, observador, portador de raciocínio rápido, prestativo e resistente (por não ter cedido às drogas e prostituição). Relata acerca do seu desejo e de suas inúmeras fugas, tanto da Febem quanto de outras instituições que freqüentou, e de suas conclusões sobre o funcionamento dessas instituições. “A Febem de São Paulo era bem diferente da unidade de Itapetininga, embora as normas da casa fossem as mesmas” (Collen, 1987, p.76). E mais adiante complementa “Comida, tevê, dentista, médico, psicólogos, escolas inadequadas, prisão infanto-juvenil. Ah! Isto não nos prepara para uma vida digna. O que nós queremos é sair de uma instituição, preparados para enfrentar a realidade da vida como qualquer brasileiro, como qualquer trabalhador... sem preparação só vamos poder ficar perambulando pelas ruas” (Collen, 1987, p.80).

Esse desabafo demonstra que esse egresso institucional apoiou-se no estudo e na preparação intelectual e laborativa. “Acho muito importante o menor trabalhar, mas mais importante é ele ter preparação para o trabalho” (Collen, 1987, p.88).

Destino diverso teve Herzer (1982). Essa pessoa, no seu livro autobiográfico, demonstra como características psicológicas certa insegurança e conflitos com sua sexualidade, bem como saúde frágil (anemia, disritmia, nódulo no pescoço). No entanto, possuía dotes intelectuais, tendo recebido convite de um senador da República para auxiliá-lo no gabinete do Congresso, na função de oficial legislativo. Lá, atuou durante quatro meses, mas não conseguiu efetivação, em vista de sua reprovação no concurso da Assembléia Legislativa.

Herzer nasceu do sexo feminino e foi batizada com o nome de Sandra Mara Herzer. Seu pai morreu assassinado quando ela tinha quatro anos e sua mãe levava uma vida de prostituição: “Minha mãe era uma mulher vulgar. Nem minha, nem de minha irmã; nem de João, Pedro ou José. De todos ao mesmo tempo sozinha” (Herzer, 1982, p.24). Sua mãe faleceu quando Herzer estava na primeira infância. Com o falecimento dos pais foi adotada pelos tios aos doze anos, tendo inclusive modificado seu sobrenome.

Iniciaram-se brigas no colégio, depois vieram o álcool e as drogas. Teve algumas internações para tratamento, mas não foram bem-sucedidas. Foi internada na Febem de São Paulo, onde viveu dos 14 aos 17 anos.

Ao longo do tempo na Febem foi modificando seus comportamentos femininos e passou a se comportar como homem. Sua ginecologista afirmara que havia parado o desenvolvimento de seus caracteres femininos. No entanto, no livro autobiográfico consta que após a morte trágica de seu namorado passou a se comportar como ele e adotou o nome de Anderson Bigode Herzer (Bigode era o apelido de seu namorado).

Herzer sempre demonstrou dotes artísticos para poesias e peças de teatro, porém optou pelo suicídio. Certamente não foi capaz de vislumbrar outra saída. “O único problema sem solução é a morte. Digo isso por ter-me sentido por muitas vezes à beira do abismo, mas sempre, na última hora, havia uma saída ou uma mão amiga a me auxiliar num caminho com probabilidade de iluminação.” (Herzer, 2001, p.23)

Para finalizar esses breves relatos, destaca-se o nome de Roberto da Silva, pesquisador brasileiro, mestre e doutor em educação pela Universidade de São Paulo, que conseguiu ultrapassar a dor da sua história, semelhante à de tantos egressos de instituições, e direcionar-se para a vida acadêmica, onde pode inclusive retomar sua história pessoal, pois transformou em dissertação de mestrado a história de internos que, como ele, haviam passado pela Febem. Atualmente o referido autor é professor universitário, membro da Subcomissão de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente e consultor de diversas instituições de assistência e proteção à criança e ao adolescente. Roberto da Silva, com sua sensibilidade voltada a outros que vivem ou viveram história semelhante à sua, pôde observar o fenômeno institucional e produzir o conhecimento científico necessário para o estabelecimento de novas políticas públicas de atendimento a crianças/adolescentes em situação de risco físico, emocional e social.

Não obstante, ressalta-se uma passagem da autobiografia de Roberto Silva: “Até por volta de 16 anos, sempre que alguém me perguntava sobre quem eram meus pais, invariavelmente eu respondia: o Governo. E minha mãe a Febem. (...) Depois de adulto, passei a responder a mesma pergunta de outra forma: meu pai é Deus e minha mãe, a terra” (Silva, 1997, p.11-2). Em ambos os momentos, o autor desta fala remete-se a uma filiação simbólica, isto é, não são seres dotados de humanidade - de afetos, de



racionalidade e submetidos aos encontros e desencontros da convivência.

Então, a partir do estudo tradicional sobre a resiliência, afirmaríamos que Collen e Silva são dignos representantes de sujeitos resilientes; mas o que dizer de Herzer? Cumpre lembrar que todos enfrentaram fatores de risco semelhantes!

Enfim, diversas variáveis e processos precisam ser estudados sempre que o tema da resiliência estiver em destaque. No entanto, os diversos autores e pesquisas parecem nos levar a concluir que a capacidade de amar, trabalhar, ter expectativas e projeto de vida - conseqüentemente, de dar um sentido a nossa existência - denota ser a base onde as habilidades humanas se apóiam para serem utilizadas diante das adversidades da vida - que certamente todos, em menor ou maior intensidade, teremos que enfrentar enquanto estivermos vivos.

## REFERÊNCIAS

- Altoé, S. (1990). *Infâncias perdidas: o cotidiano nos internatos-prisão*. Rio de Janeiro: Xenon.
- Alvarez, A. M.S., Moraes, M.C.L. & Rabinovich, E.P. (1998). Resiliência: um estudo com brasileiros institucionalizados. *Revista Brasileira de Desenvolvimento Humano* 8 (1/2), 70-75.
- Antoni, C. & Koller, S. (2000). Vulnerabilidade e resiliência familiar: um estudo com adolescentes que sofreram maus tratos intrafamiliares. *Revista Psicologia*, 31(1), p.39-66.
- Brofenbrenner, U.(1996). *A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados*. Rio Grande do Sul: Artes médicas.
- Collen, P. (1987). *Mais que a realidade* (3<sup>a</sup>ed.) São Paulo: Cortez.
- Flach, F. (1991). *Resiliência: a arte de ser flexível*. São Paulo: Saraiva.
- Franco, V. (2000). Desenvolvimento, resiliência e necessidades das famílias com crianças deficientes. Portugal: Universidade de Évora.
- Gomide, P.I.C. (2000). *Menor infrator. A caminho de um novo tempo* (2<sup>a</sup>ed). Curitiba: Juruá.
- Guirado, M.(1980). *A criança e a febre*. São Paulo: Perspectiva.
- Herzer, A. (1982) *A queda para o alto* (24<sup>a</sup> ed.). Rio de Janeiro: Vozes.
- Houaiss, A., Villar, M.S. & Franco, F.M.M. (2001). *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva.
- Luthar, S.S., Cicchetti, D. & Becker, B. (2000). The construct of resilience: a critical evaluation and guidelines for future work. *Child Development*, 71, (3), 543-562.
- Masten, A. S. & Garmezy, N. (1985). Risk, vulnerability and protective factors in developmental psychopathology. Em B. Lahey (Org.), *Advances in clinical child psychology*. (pp.1-52). New York: Plenum Press, 8.
- Moraes, M.C.L. & Rabinovich, E.P.(1996). Resiliência: uma discussão introdutória. *Revista Brasileira de Desenvolvimento Humano*, 6 (1/2),10-13.
- Pereira, A. M. S. (2001). Resiliência, personalidade, stress e estratégias de coping. Em J. Tavares (Org.) *Resiliência e educação* (pp.77-94). São Paulo: Cortez.
- Ralha-Simões, H. (2001). Resiliência e desenvolvimento pessoal. Em J. Tavares (Org.), *Resiliência e educação* (pp.95-114). São Paulo: Cortez.
- Rutter, M. (1993). Resilience: some conceptual considerations. *Journal of adolescent health*, 14, 626-631.
- Rutter, M. (1999). Resilience concepts and findings: implications for family therapy. *Journal of family therapy*, 21, 119-144.
- Silva, R. (1997). *Os filhos do governo: a formação da identidade criminosa em crianças órfãs e abandonadas*. São Paulo: Ática.
- Tavares, J. (2001). A resiliência na sociedade emergente. Em J. Tavares (Org.), *Resiliência e educação* (pp.43-76). São Paulo: Cortez.
- Trombeta, L. H. & Guzzo, R. S. L. (2002). *Enfrentando o cotidiano adverso: estudo sobre resiliência em adolescentes*. Campinas: Alínea.
- Yunes, M. A. M. & Szymanski, H. (2001). Resiliência: noção, conceitos afins e considerações críticas. Em J.Tavares (Org.), *Resiliência e educação* (pp.13-42). São Paulo: Cortez.
- Yunes, M. A. M. (2001). *A questão triplamente controvertida da resiliência em famílias de baixa renda*. Tese de Doutorado Não-Publicada, Programa de Psicologia da Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- Yunes, M. A. M. (2002, setembro). *Resiliência: o foco no indivíduo e na família*. Trabalho apresentado no I Congresso Brasileiro de Psicologia, São Paulo, Brasil.
- Weber, L. N. D. & Kossobudzki, L. H. M. (1996). *Filhos da solidão: institucionalização, abandono e adoção*. Curitiba: Governo do Estado do Paraná.

Recebido em 14/04/2003

Aceito em 12/03/2004

---

**Endereço para correspondência:** Débora Patrícia Nemer Pinheiro, Alameda Cabral, 435, CEP 80410-210, Curitiba-PR.  
E-mail: dnemer@swi.com.br